



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTR. DAS RECEITAS E DESPESAS
COM MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º bimestre de 2017 (Novembro a Dezembro)

CLAUDIO MARQUES DE MATEOS
Prefeito Municipal

João Paulo Santos Neto
Contador
CRC 4.398/RN CPF 597.664.254-34

ANA CATARINA RIBOME DE JACEDO
Secretária de Finanças

EDMILSON DA SILVA DANTAS
CONTROLADOR



Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

Rua João Antunes Sobrinho (Antiga Rua Seridó), nº 165, Centro, Coronel Ezequiel/RN
CNPJ/MF nº 08.158.669/0001-18 - CEP 59.220-000



Contas de Governo – Exercício de 2017
Item 35 – Demonstrativo de recursos aplicados em Manutenção e Desenvolvimento da Saúde
Base legal: Lei Nacional nº 4.320/64 e Resolução nº 12/2016 – TCE



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO | | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---------------------|---------------------|----------------------|---------------|
| | INICIAL | ATUALIZADA (a) | ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/a)x100 |
| RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | | | | |
| Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 210.456,16 | 210.456,16 | 156.437,87 | 74,33 |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Inter vivos - ITBI | 7.597,00 | 7.597,00 | 4.007,50 | 52,75 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 5.751,25 | 5.751,25 | 1.950,00 | 33,91 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 109.046,91 | 109.046,91 | 81.755,45 | 74,97 |
| Imposto Territorial Rural - ITR | 88.061,00 | 88.061,00 | 68.724,92 | 78,04 |
| Multas, Juros de Mora e outros Encargos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Multas, Juros de Mora e outros Encargos da Dívida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Multas, Juros de Mora e outros Encargos da Dívida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Multas, Juros de Mora e outros Encargos da Dívida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Multas, Juros de Mora e outros Encargos da Dívida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | | | | |
| Cota Parte FPM | 8.746.789,75 | 8.746.789,75 | 9.860.757,14 | 112,74 |
| Cota Parte ITR | 7.134.695,21 | 7.134.695,21 | 8.222.530,14 | 115,25 |
| Cota Parte IPVA | 576,06 | 576,06 | 2.159,43 | 374,86 |
| Cota Parte ICMS | 66.539,96 | 66.539,96 | 64.646,70 | 97,15 |
| Cota Parte IPI - Exportação | 1.536.004,26 | 1.536.004,26 | 1.567.417,34 | 102,05 |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 1.265,28 | 1.265,28 | 1.809,09 | 142,98 |
| Desoneração ICMS LC 87/97 | 7.708,98 | 7.708,98 | 2.194,44 | 28,47 |
| Outras | 7.708,98 | 7.708,98 | 2.194,44 | 28,47 |
| Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(III) = I+II | 8.957.245,91 | 8.957.245,91 | 10.017.195,01 | 111,83 |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | PREVISÃO | | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|--------------|----------------|---------------------|-------------|
| | INICIAL | ATUALIZADA (c) | ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/c)*100 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | | | | |
| Provenientes da União | 2.896.017,60 | 2.896.017,60 | 1.181.976,40 | 40,81 |
| Provenientes do Estado | 2.888.677,48 | 2.888.677,48 | 1.167.391,51 | 40,41 |
| Provenientes de Outros Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas do SUS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS | 7.340,12 | 7.340,12 | 14.584,89 | 198,70 |
| TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



| | | | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|-------|--------------|-------|------------|------|------|
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V) | 2.896.017,60 | 2.896.017,60 | 1.181.976,40 | 40,81 | 1.181.976,40 | 40,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)=(IV-V) | 5.134.879,07 | 7.155.951,38 | 2.858.788,88 | 39,95 | 2.652.095,79 | 37,06 | 206.693,09 | | |

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITAS DE IMPOSTOS
 LIQ. E TRANSF. CONSTITUC. E LEGAIS (VII%)=(VI/7)*100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 28,54
 VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO
 CONSTITUCIONAL (VI/7 ou 1) -(VII/100) 1.356.209,53

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | INSCRITOS | CANCELADOS/ PRESCRITOS | PAGOS | A PAGAR | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE |
|---|-----------|---------------------------|-------|---------|-------------------------------------|
| Inscritos em 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em 2013 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em exercíctos anteriores a 2013 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME Art 24, Par 1º, 2º | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | |
|--|---|---|----------------------------|------|
| | SALDO INICIAL | DESAPESAS CUSTEADAS NO EXERC. DE REFERENCIA | SALDO FINAL (NÃO APLICADO) | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercíctos anteriores a 2013 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E
 DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 6º bimestre de 2017 (Novembro a Dezembro)



| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTS 25 E 26 | SALDO INICIAL | LIMITE NÃO CUMPRIDO | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERC. DE REFERENCIA | SALDO FINAL (NÃO APLICADO) |
|---|---------------|---------------------|--|----------------------------|
| | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a 2013 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS COM SAÚDE (por subfunção) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---|
| | | | ATE O BIMESTRE (1) | % ((1)/total 1)x100 | ATE O BIMESTRE (m) | % ((m)/total m)x100 | |
| Atenção básica | 6.716.110,55 | 8.537.182,86 | 3.860.558,35 | 95,54 | 3.800.795,49 | 99,13 | 59.762,86 |
| Assistência hospitalar e ambulatorial | 327.135,46 | 527.135,46 | 33.276,70 | 0,82 | 33.276,70 | 0,87 | 0,00 |
| Suporte profilático e terapêutico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância sanitária | 527.550,66 | 527.550,66 | 146.930,23 | 3,64 | 0,00 | 0,00 | 146.930,23 |
| Vigilância epidemiológica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alimentação e nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE DESPESAS | 7.570.796,67 | 9.591.868,98 | 4.040.765,28 | 100,00 | 3.834.072,19 | 100,00 | 206.693,09 |

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E
DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º bimestre de 2017 (Novembro a Dezembro)



CLAUDIO MARQUES DE MENEZES
Prefeito Municipal

[Handwritten signature]

João Paulo dos Santos Neto
Contador
CRC 4.398/RN CPF 597.664.254-34

ANA CÁTANHA NETRO DE MACEDO
Secretária de Finanças

EDMILSON DA SILVA DANTAS
Controlador



Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

Rua João Antunes Sobrinho (Antiga Rua Seridó), nº 165, Centro, Coronel Ezequiel/RN
CNPJ/MF nº 08.158.669/0001-18 - CEP 59.220-000



Contas de Governo – Exercício de 2017
Item 39 – Relatório geral do órgão central do controle interno
Base legal: Lei Nacional nº 4.320/64 e Resolução nº 12/2016 – TCE



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

A Controladoria do Município de Coronel Ezequiel/RN, pelo presente, vem de forma sintética, relatar informações a respeito da execução orçamentária municipal do exercício 2017.

Conforme a Lei 465, de 07 de novembro de 2016, que estima e fixa despesa deste município de Coronel Ezequiel/RN para o exercício de 2017, a Receita total é estimada em 31.700.836,44 (trinta e um milhões, setecentos mil oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos. A despesa total fixada no valor de 29.404.066,98 (vinte e nove milhões noventa e quatro mil sessenta e seis reais e noventa e oito centavos)

Os dados contábeis mostram que o município efetuou o percentual de 28,54% em ações e serviços públicos de saúde sobre as receitas líquidas. 31,09% em educação e, 63,73% foi o percentual de despesa total com pessoal.

Ante o exposto, percebe-se que a administração municipal no que tange aos limites em saúde e educação, atingiu as metas fiscais previstas, quanto ao percentual do gasto com pessoal obteve dificuldade, em virtude das evoluções salariais, ora pela definição do salário mínimo nacional, ora pelo acréscimo do piso nacional do magistério municipal, aliados a pouca arrecadação local. O percentual apurado nas despesas com pessoal ainda deve ser objeto de análise, estudo e reprogramação para que atinja, no menor espaço de tempo, percentuais aceitáveis pela Lei da Responsabilidade Fiscal.

É o Relatório. S.M.J

Coronel Ezequiel/RN, 29 de dezembro de 2017.


Edimilson da Silva Dantas
Controlador